

# Ampliação da anistia é rejeitada

Da Sucursal de Brasília

Depois de cinco horas de discussão que entrou pela madrugada e a despeito de ter em plenário quase quatrocentos deputados, o Congresso Nacional rejeitou ontem a emenda anexada à proposta de convocação da Constituinte que pretendia ampliar a anistia aos funcionários públicos civis e militares cassados pelos governos revolucionários. Faltaram 114 votos para que fosse alcançado o quórum de dois terços (320 votos) da Câmara para a aprovação de modificações constitucionais.

A anistia recebeu 206 votos favoráveis e 152 contrários. Entre os últimos, o presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães (SP), cuja posição contrária foi invocada por mais de seis oradores de partidos de oposição, que apontavam a incoerência do parlamentar paulista, pela contradição com as promessas de campanha para eleição de Tancredo Neves.

## Declaração de voto

Mesmo sem amparo regimental (no início das votações só falam os líderes), Ulysses Guimarães obteve do presidente do Senado, José Fraguelli, autorização para ocupar a tribuna e explicar porque votaria contra a anistia, quando no dia anterior havia contribuído, com seu

voto, para a aprovação do destaque da matéria.

O presidente do PMDB, depois de lembrar o seu empenho, juntamente com o líder do governo, em favor de um acordo interpartidário, e de lamentar a sua não concretização, justificou-se dizendo que dentro em breve a concessão de anistia passará a ser uma prerrogativa exclusiva do Congresso (com a aprovação do restabelecimento das prerrogativas do Legislativo). Então, argumentou, as forças políticas conseguirão decidir como bem entenderem sobre a readmissão e reintegração de militares.

## A sessão

Os discursos, predominantemente de ataque à posição do PMDB, começaram às 23h (depois da votação da reforma tributária) e se prolongaram até 1h30 da manhã, quando começou a votação do primeiro destaque. Uma hora depois era rejeitada a proposta do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), por 278 votos contrários, 84 a favor e uma abstenção, que pretendia excluir da Constituinte os senadores eleitos em 1982 e que em 1987 ainda estarão no exercício do mandato.

Logo em seguida foi iniciada a votação da emenda da anistia, intercalada pelos discursos de Pimenta da Veiga e Ulysses Guimarães, e proclamados os resultados às 4h20.

O terceiro item da votação, a expressão destacada "sem prejuízo das atribuições constitucionais" do Congresso durante a existência da Constituinte, acabou gerando polêmica e provocando a suspensão da sessão, às 5h30 da manhã. O pivô da confusão foi o pedido de destaque da expressão formulado pelo líder do PDS, Prisco Viana, e aprovado através de acordo com o PMDB.

Quando foi feito o acerto, o pedesista Bonifácio de Andrada (MG) alegou que a intenção do seu partido era de votar pela supressão daquela expressão. Contudo, o requerimento foi intencionalmente elaborado com termos imprecisos, falando apenas em votação em separado. Com isso, na hora da votação, foi levantada a tese de que o PMDB, que pretende manter os poderes congressuais dos constituintes, teria de apresentar dois terços dos votos para conservar a expressão. Aos pedessistas, que querem criar problemas ao governo, bastaria evitar o alcance do quórum para rejeitar a expressão e com isso estabelecer a Constituinte exclusiva.

Criado o impasse, os ânimos se exaltaram e o presidente da sessão, Marcondes Gadelha (PFL-PB), terceiro secretário do Senado, inseguro quanto ao encaminhamento que daria à votação, preferiu suspender os trabalhos e convocar outra sessão para as 10h da manhã.